

Sarney vai ao STF contra impugnação

TARCISIO HOLANDA

O ex-presidente José Sarney confirmou para o **CORREIO BRAZILIENSE**, ontem à noite, que ingressará, hoje, último dia do prazo, com recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que resolveu negar o registro de sua candidatura a senador pelo estado do Amapá alegando que ele não supriu sua chapa com os dois suplentes. Os recursos chegarão ao STF via Tribunal Superior Eleitoral.

Sarney sustenta que está moralmente obrigado a levar a questão à última instância, em face da comovedora manifestação de solidariedade com que o cercou o povo do Amapá, para onde transferiu o domicílio eleitoral e a própria residência. Sarney tem a oportunidade de verificar, no contato com gente simples do povo, como os programas sociais de seu Governo, particularmente a distribuição gratuita de leite, tiveram grande impacto entre as populações pobres.

DIREITO

O ex-Presidente da República contesta críticas que lhe são feitas em certos setores por ter transferido seu título do Maranhão a fim de disputar uma vaga no Senado por um estado onde nunca esteve. Explica que o partido ao qual está filiado, o PMDB, não lhe daria registro no Maranhão, como ficou mais do que evidente.

Seus adversários lhe negaram o direito de disputar o Senado pelo PFL, "com receio de uma vitória certa". Mas, tudo foi planejado,

segundo o ex-presidente. O ex-governador Epitácio Cafeteira ficou junto dele todo o tempo, dando a impressão de que era seu amigo, até o dia 3 de abril, quando ele esgotou o prazo de filiação partidária.

"Depois do dia 3 de abril", comenta, hoje, Sarney com uma ponta de amargura, embora de bom humor — "ele rompeu comigo. E andou se gabando junto aos novos aliados de que eu era um bobo que ele havia conseguido enganar com facilidade. Na verdade, eu nunca esperei por essa traição".

Como as portas fossem fechadas à sua cara no Maranhão, ele teria de examinar outras alternativas. A legenda do Amapá ficou disponível porque o amigo Nova da Costa tinha o controle do PMDB no Amapá. Sarney está convencido de que, em qualquer outro lugar, seus adversários no partido cuidariam para que ele não tivesse legenda.

Numa conversa descontraída com velhos amigos, Sarney não esconde a satisfação que lhe causa o apoio que tem recebido no Amapá, o novo estado que tem 170 mil eleitores. Esse universo eleitoral tão pequeno não é mais fácil, como pode parecer à primeira vista. Pelo contrário, como o eleitorado é limitado, isso obriga o candidato a apertar a mão de cada um durante a campanha.

Lá existem cerca de 400 candidatos a vereadores — e todos apóiam sua candidatura. Se antes as pesquisas lhe davam 35 por cento das preferências do eleitorado, depois dessa decisão o apoio tornou-se ainda mais denso. O ex-presidente verificou, com satisfação, que os programas

sociais que lançou durante seu governo tiveram grande impacto sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos do País, nas parcelas mais carentes da população brasileira.

Como o PMDB não tem estrutura e ele pessoalmente não tem dinheiro, o jeito é partir para o corpo-a-corpo na campanha. Sarney diz que, junto com sua mulher, dona Marly, escolhe determinada rua para passar em determinado dia, mandando avisar aos moradores das áreas adjacentes. No dia em que comparece àquela rua, há centenas e até milhares de pessoas esperando a oportunidade do cumprimento pessoal.

"Muitas vezes, mulheres com crianças aos braços, me dizem: 'Olha, Presidente, ele está assim crescido graças ao leite que o senhor mandou distribuir'. Isto é, realmente, gratificante para mim", afirma Sarney, sem esconder a emoção que sente ao contar essas manifestações populares de apoio de que tem sido cercado no Amapá.

O ex-presidente nega que tenha realizado qualquer tipo de sondagem no Supremo Tribunal Federal, como se anunciou. Afirma que autorizou seu advogado a entrar com recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal porque não pode deixar no ar, como que num vácuo, a solidariedade do povo do Amapá, que o comoveu.

"Tenho de dar consequência", disse.

O ex-presidente não ficará em Brasília. Hoje viaja de volta para Macapá, capital do Amapá, onde o aguardam a esposa e os amigos.

Procuradoria é favorável

Deve começar em vantagem para o ex-presidente José Sarney o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de sua candidatura a senador do Amapá pelo PMDB: o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, cujo parecer abrirá o julgamento, comunicou a amigos que o ex-presidente ainda pode indicar um segundo suplente em sua chapa, até a eleição.

Comentou o procurador que a irregularidade da candidatura de Sarney não está na falta do segundo suplente, mas sim no domicílio eleitoral, pois o ex-presidente ao transferir-se para Macapá, não teria preenchido o prazo de pelo menos 90 dias antes da eleição que a Lei exige. No entanto, a questão do domicílio está em outro processo.

O outro processo também chegou ao Tribunal Superior Eleitoral, que o devolveu ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará — com jurisdição sobre o Amapá — para nova apreciação. O TRE deverá reexaminar se os impugnantes do domicílio de Sarney estão habilitados a fazer a impugnação. Depois do novo julgamento no Pará poderá haver mais um recurso ao TSE.

Mas, por enquanto, a questão em fase final de decisão é a do segundo suplente, em torno da qual o procurador Aristides Junqueira adverte que a Constituição exige que cada candidato ao Senado apresente dois deles, sem que a Lei estabeleça o prazo para se completar a chapa.

Ofensiva jurídica inclui 3 recursos

Os advogados José Guilherme Vilela e José Carlos Souza Silva ingressam com três recursos hoje, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar garantir a candidatura do ex-presidente José Sarney ao Senado pelo PMDB do Amapá. Sarney foi considerado inelegível pelo TSE que, por quatro votos a três, impugnou sua candidatura na última terça-feira. José Guilherme Vilela impetrará no TSE um agravo regimental, que cabe no caso de decisões que não são tomadas por unanimidade, ou com um recurso extraordinário. O agravo será analisado pelo presidente em exercício do TSE, ministro Célio Borja — indicado para o STF por José Sarney que votou a favor da manutenção da candidatura do ex-presidente da República na sessão da terça-feira passada. Célio Borja assumiu a presidência do TSE em virtude

da viagem do presidente Sydney Sanches a Santa Catarina, onde participa de um congresso nacional de magistrados. Sanches que deu dosados votos de desempate contra Sarney, só retorna a Brasília na próxima segunda-feira.

O ministro Célio Borja analisará o recurso dos advogados do ex-presidente Sarney e deve encaminhar o recurso de imediato ao Supremo Tribunal Federal (STF), que dará a palavra final sobre a elegibilidade ou não do ex-presidente da República. Os advogados de José Sarney deverão também apresentar recurso visando sustar o efeito da decisão tomada pelo TSE, mantendo a candidatura de Sarney ao Senado do Amapá até uma decisão final do STF. O terceiro recurso tem por objetivo suspender a impressão das cédulas eleitorais que serão utilizadas nas elei-

ções de três de outubro pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, que tem jurisdição sobre o Amapá, aguardando também a decisão final do Supremo. Na cédula eleitoral constarão os nomes dos 17 candidatos que disputam as três vagas ao Senado que o Amapá oferece nessa eleição.

A defesa de José Sarney decidiu deixar para ingressar com os recursos apenas hoje — o prazo final se encerra às 19h — para dar maior base legal ao processo e argumentará que o segundo candidato a suplente na chapa de Sarney, Márcio da Rocha Azevedo, foi indicado pelo PMDB e homologado pelo TRE do Pará em tempo hábil e por decisão unânime dos sete juízes que integram seu colegiado. Guilherme Vilela vai anexar ao processo a certidão dos registros dos suplentes de Sarney.